

1 **ATA DA 45ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA**
2 **HIDROGRÁFICA DO RIO PARAOPEBA, REALIZADA EM 05 DE**
3 **MARÇO DE 2025.**

4
5 Aos dias 05 de março de 2026, os conselheiros do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio
6 Paraopeba (CBH Paraopeba) reuniram-se para a realização da 45ª Reunião
7 Extraordinária do CBH do Rio Paraopeba, no Plenário Isaías de Barros Abreu da sede
8 do comitê, localizada na rua Inconfidência, 254, Centro, Betim. **Conselheiros**
9 **presentes:** Maria Leticia Rabelo – CPRM, Thales Fabricio de Assis – CODEVASF,
10 Robson Rodrigues dos Santos – IGAM, Fúlvio Rodriguez Simão – EPAMIG, Lauro
11 Batista Tuler – IEF, Eduardo Morais de Freitas – PMMG, Raquel Carleial Guzella -
12 SEAPA, Wagner Santos Fanni - EMATER, Fernanda Lobo – ARMBH, Marcela Cristina
13 Silva – FEAM, Vitor de Andrade – Município de Betim, Francisco de Assis – Município
14 de Ouro Preto, Natália de Vasconcelos – Município de Jeceaba, Pedro Americo –
15 Município de Igarapé, Alex de Menezes – Município de Ibirité, Aline Cardoso – Município
16 de Rio Manso, Márcia Cristina Ribeiro – Município de Caetanópolis, Winston Caetano –
17 Associação Veredas & Cerrados, José Antônio da Cunha – ABES, Naiara Dias – CRBIO
18 04, Adilson Ramos – SINDÁGUA, Leonardo Gomes – Promutuca, Arnaldo Freitas –
19 CEFET-MG, Heleno Maia – IHMBIO, Altino Rodrigues – Instituto Ibi Auá, Bianca da Silva
20 – Instituto Inhotim, Rafael Tavares – IBRAM, Breno Henrique – Sindicato dos Produtores
21 Rurais de Pompéu, Gabriele Souza – FIEMG, Andréa de Oliveira – CSN, Gabriel dos
22 Reias – Ardósias Figueiredo & Almeida Ltda, Guilherme da Silva – FAEMG, Larissa
23 Manoele Belmont Agropecuária, Vanessa Buzzi – Vale S/A, Gabriela Andersen –
24 SINDIEXTRA, Liliane Dristina – Mineração São José da Lagoa Ltda, **Participaram**
25 **também:** Ohany Ferreira, Rayssa Ribeiro, Gisele Nobre e Elaine de Oliveira Pereira –
26 Agência Peixe Vivo (APV); e Marcos Danilo Nogueira, Leonardo Campos, Daphne
27 Moreira, Melissa Barroso, Thais Rocha, Thelma Dias, Célia Nunes, Michael Jacks, José
28 Eduardo Rezende, Daniel Oliveira. **Pauta: 1 Item.** Abertura da sessão e verificação de
29 quórum. **2 Item.** Aprovação da minuta da Ata da 44ª Reunião Extraordinária, realizada
30 em 30 de outubro de 2025. **3 Item.** Avaliação e Deliberação sobre a minuta Deliberação
31 que aprova o calendário de reuniões do CBH Paraopeba 2026. **4 Item.** Avaliação e
32 Deliberação sobre o processo de outorga N° 050273/2022 requerida pela Vale S.A. **5**
33 **Item.** Recomposição da Câmara Técnica Institucional e Lega – CTIL. **6 Item.**
34 Recomposição da Câmara Técnica de Educação Mobilização Social e Capacitação em
35 Recursos – CTEM (PPA) **7 Item.** Orientações relacionadas ao processo de custeio de
36 viagem e prestação de contas. **8 Item.** Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas
37 na AID e All do Ribeirão Ferro Carvão. Este projeto atende à Condicionante 07 da
38 Licença de Operação Corretiva (LOC); Vale S.A. **9 Item.** Outorga da Barragem VI
39 (Barramento com regularização de vazão). Este licenciamento se faz necessário para
40 futuro pedido para captação de recursos Hídricos para continuidade do projeto para
41 disposição hidráulica de rejeito no interior da Cava de Feijão Vale S.A **10 Item.**
42 Encerramento. **1. Abertura da sessão e verificação de quórum.** O presidente, Heleno
43 Maia, declarou aberta a 45ª Reunião Plenária Extraordinária do CBH Paraopeba, dando
44 boas-vindas aos presentes e agradecendo a participação de todos. Após verificação de
45 quórum, solicitou a execução do Hino Nacional Brasileiro. **2. Aprovação da minuta da**
46 **Ata da 44ª Reunião Extraordinária, realizada em 30 de outubro de 2025.** O
47 presidente informou que a minuta da ata havia sido previamente encaminhada por e-
48 mail aos conselheiros e a colocou em discussão. Não havendo manifestações, a ata foi
49 aprovada por unanimidade. **3. Avaliação e Deliberação sobre a minuta Deliberação**
50 **que aprova o calendário de reuniões do CBH Paraopeba 2026.** O presidente
51 submeteu à apreciação a minuta de Deliberação referente ao calendário anual de

52 reuniões. A conselheira Andréa de Oliveira solicitou ajuste, apontando a permanência
53 de data já transcorrida no mês de fevereiro. O conselheiro Fúlvio Rodrigues questionou
54 a ausência de reunião da CTIL no calendário. O presidente esclareceu que o documento
55 contempla apenas reuniões ordinárias e confirmou reunião para o dia 25 de março,
56 destinada à debate do Plano Orçamentário Anual (POA). Após esclarecimentos
57 adicionais da Agência Peixe Vivo sobre a recomposição das câmaras técnicas, o
58 calendário foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. **4. Avaliação e**
59 **Deliberação sobre o processo de outorga Nº 050273/2022 requerida pela Vale S.A.**
60 O presidente passou a palavra à técnica do IGAM, Joana Silva, que apresentou o
61 processo, informando tratar-se de outorga de grande porte destinada à
62 canalização/retificação de curso d'água para contenção de erosão na margem do Rio
63 Paraopeba, concluindo tecnicamente pelo deferimento. O coordenador da CTIOAR,
64 José Antônio, apresentou o procedimento de análise, incluindo visita técnica e leitura de
65 trechos do Relatório CTIOAR nº 01/2026. Relatou que o aumento da velocidade da água
66 do rio Paraopeba causou processos erosivos a margem da estrada causando
67 transtornos e interrompendo o tráfego, então as intervenções emergenciais foram
68 realizadas para conter a erosão e garantir a segurança e o restabelecimento do tráfego.
69 O Coordenador da Câmara técnica, prossegue mostrando os registros fotográficos da
70 visita técnica. Guilherme da Silva, informa que o processo foi devidamente instruído pelo
71 IGAM, analisado pela Câmara Técnica e que foi realizada visita técnica ao local.
72 Destaca que, conforme apresentado e avaliado pela CTIOAR, o processo encontra-se
73 regular, não havendo pendências técnicas, e que o encaminhamento da Câmara é pela
74 aprovação do empreendimento. Após exposição técnica e abertura para manifestações,
75 não houve questionamentos. Realizada votação nominal, registrou-se maioria favorável
76 à aprovação. A representante da Vale S.A. declarou abstenção por impedimento. Foram
77 registradas duas ausências no momento da votação: CEFET-MG e SEMAD, que não
78 se encontravam presentes em plenário naquele momento. O presidente proclamou o
79 resultado: outorga aprovada por unanimidade entre os votantes, com uma abstenção e
80 duas ausências. **5. Recomposição da Câmara Técnica Institucional e Lega – CTIL.**
81 Gisele, analista da APV, esclarece que ainda há instituições que não formalizaram a
82 indicação de representantes, sendo necessário o envio do ofício de indicação para
83 composição completa da Câmara. Na sequência, Guilherme da Silva, explica que as
84 instituições que falta indicar seus representantes tenham a preferência por aqueles com
85 afinidade com a pauta pois a CTIL é uma câmara muito importante que trata de questões
86 legais dentro do comitê, em seguida realiza a leitura das instituições que já indicaram
87 representantes e das que ainda possuem pendências. Informa que pelo Município de
88 Rio Manso já foi indicada Aline Cardoso Arantes Gato, Município de Ouro Preto, Viviane
89 das Graças Rodrigues Pires. Esclarece que o Município de Ibitaré ainda consta como
90 aguardando indicação formal, solicitando ao representante que verifique o envio ou
91 reencaminhe o documento à secretaria da Peixe Vivo. Pelo Município de Jeceaba, a
92 indicação registrada é de Natália Vasconcelos Soares. No segmento de usuários,
93 registra-se que a FAEMG indicou Henrique Damásio Soares como titular, tendo como
94 suplente Alessandro de Oliveira Palhares, indicado pela COPASA. A FIEMG indicou
95 Cecília Noronha de Araújo Torres como titular, enquanto o SINDIEXTRA indicou Gabriela
96 Andersen como suplente. No segmento da sociedade civil, informa-se que a OAB ainda
97 não apresentou indicação de representante titular, assim como o Promutuca, suplente
98 da entidade, também não formalizou indicação. O SINDÁGUA indicou Adilson Ramos
99 de Souza como titular. Já o Instituto Ibi Auá, suplente do SINDÁGUA, ainda não
100 encaminhou indicação de representante. Por fim, é esclarecido que, após a formalização
101 de todas as indicações pendentes, a CTIL deverá realizar a primeira reunião para eleger
102 internamente seu coordenador e relator, responsáveis pela condução dos trabalhos da

103 Câmara Técnica. Heleno Maia pede que qualquer desistência seja comunicada e explica
104 que essa Câmara já está formada, faltando apenas as indicações dos representantes e
105 dá o prazo até o dia 10 de março para que enviem os ofícios. **6. Recomposição da**
106 **Câmara Técnica de Educação Mobilização Social e Capacitação em Recursos –**
107 **CTEM.** Heleno Maia informa que a referida câmara ainda precisa ser composta e propõe
108 a suspensão da reunião por cinco minutos para que os segmentos representados no
109 Comitê possam se reunir e indicar seus representantes, sendo um titular e um suplente
110 por segmento. Durante as manifestações, o conselheiro Francisco de Assis,
111 representante do Município de Ouro Preto, coloca o município à disposição para
112 participar da composição da Câmara. Ohany Ferreira, informa que está prevista no
113 Plano de Aplicação do Comitê a elaboração do Plano de Educação Ambiental da bacia,
114 destacando que a Câmara Técnica terá papel importante nesse processo e explica que
115 a câmara deverá ser bastante acionada para acompanhar e contribuir com a construção
116 desse plano, incentivando que instituições que já desenvolvem projetos ou ações de
117 educação ambiental participem da sua composição. Ohany esclarece que a Agência
118 Peixe Vivo já conta com um profissional responsável por essa temática, que atuará
119 como ponto de contato entre a Câmara Técnica e a agência no acompanhamento das
120 atividades. Informa que será realizada a contratação de uma empresa especializada
121 para elaboração do Plano de Educação Ambiental. A Gerente de Integração destaca
122 que outros comitês da bacia do Rio São Francisco, como os comitês do Velhas e do
123 Pará, já possuem planos de educação ambiental estruturados, ressaltando a
124 importância de o Comitê da Bacia do Rio Paraopeba também avançar nessa agenda.
125 Acrescenta que diversas instituições da bacia já realizam ações de educação ambiental,
126 porém muitas vezes de forma isolada ou sem coordenação, e que a elaboração do plano
127 permitirá integrar, organizar e fortalecer essas iniciativas no território da bacia. Andréa
128 de Oliveira, questiona se a indicação para participação na câmara precisa ser feita,
129 necessariamente, por um conselheiro presente na reunião. O presidente esclarece que
130 não há obrigatoriedade de ser o conselheiro titular ou suplente do Comitê, podendo a
131 entidade indicar qualquer membro vinculado à instituição, desde que a indicação seja
132 formalmente realizada pela própria entidade. Marcela Cristina, questiona se a
133 solicitação de indicação de representantes havia sido previamente encaminhada ao
134 órgão estadual. Guilherme da Silva, esclarece que a indicação está sendo tratada no
135 momento da reunião, a partir da pauta apresentada, cabendo às instituições
136 manifestarem interesse em participar e indicarem seus representantes. O Presidente
137 ressalta ainda que uma maior participação é positiva para o funcionamento do
138 colegiado. Em seguida, o presidente suspende a reunião às 10h13 para que os
139 segmentos se organizem e definam seus representantes, com retorno previsto para as
140 10h23. Após o intervalo, o Presidente retoma a reunião e solicita que seja apresentado
141 o resultado das articulações realizadas entre os segmentos para a composição da
142 CETEM e esclarece que é necessário manter o equilíbrio entre os segmentos
143 representados no Comitê, observando a paridade entre poder público, usuários e
144 sociedade civil. Ao final das definições, fica estabelecida a composição da Câmara
145 Técnica com dois membros titulares e dois suplentes por segmento. No segmento do
146 poder público, ficam definidos como titular o Município de Caetanópolis, com suplência
147 do Município de Rio Manso, além da Agência de Desenvolvimento da Região
148 Metropolitana de Belo Horizonte como titular e a SEMAD como suplente. No segmento
149 de usuários, são definidos como titulares a Vale S/A. e a FAEMG, com suplência do
150 Instituto Inhotim e da CSN Mineração, respectivamente. Já no segmento da sociedade
151 civil, ficam definidos como titulares a Associação Veredas & Cerrados e a Promutuca,
152 tendo como suplentes o CEFET-MG e o CRBio. Durante o registro final das indicações,
153 é mencionado ainda que o representante do Município de Ouro Preto manifesta

154 interesse em ocupar eventual vaga remanescente, caso a SEMAD não formalize
155 indicação dentro do prazo estabelecido. Andréa de Oliveira, solicita esclarecimento
156 quanto à representação do Estado, observando que não havia representante da SEMAD
157 presente na reunião e que a conselheira presente estava representando a FEAM e
158 questiona se a indicação para a Câmara Técnica estaria sendo feita pela FEAM ou pela
159 SEMAD. O presidente Heleno Maia aproveita a manifestação para destacar a
160 importância da participação efetiva das instituições nas reuniões do Comitê. Informa que
161 será verificada a frequência dos representantes da SEMAD e que, caso seja constatado
162 o número de faltas previsto no regimento, a diretoria será acionada para que as
163 providências necessárias sejam adotadas, ressaltando a necessidade de maior
164 presença das instituições estaduais nas reuniões. Marcela Cristina Silva esclarece que
165 atualmente está vinculada à SEMAD, explicando que anteriormente atuava em unidade
166 vinculada à FEAM e que houve mudanças institucionais recentes. Em seguida,
167 Guilherme da Silva, esclarece que a representação atual registrada no Comitê
168 corresponde à FEAM como suplente. Informa também que a SEMAD possui duas vagas
169 no colegiado, ocupadas pelos representantes Anderson do Carmo Diniz e Júlio César
170 Bahia Mascarenhas Filho e destaca que, caso haja interesse de alteração ou
171 atualização da representação, a instituição pode encaminhar novo ofício ao Comitê
172 solicitando a modificação dos membros indicados. Por fim, Guilherme da Silva realiza a
173 correção do registro das indicações apresentadas anteriormente; no segmento da
174 sociedade civil, ficam definidos como titular a Associação Veredas & Cerrados, com
175 suplência da Promutuca, e como titular o CEFET-MG, com suplência do CRBio. No
176 segmento do poder público, é confirmado como titular o Município de Caetanópolis, com
177 suplência do Município de Rio Manso, e a Agência de Desenvolvimento da Região
178 Metropolitana de Belo Horizonte como titular, tendo a FEAM como suplente. Na
179 sequência, o presidente Heleno Maia coloca em votação a formação da CETEM e
180 solicita que os conselheiros favoráveis permaneçam como estão e que os contrários se
181 manifestem. Não havendo manifestações contrárias, o presidente declara a proposta
182 aprovada por unanimidade. Andréa de Oliveira, solicita que seja estabelecido um prazo
183 para que as instituições realizem a indicação formal de seus representantes para a
184 Câmara Técnica. Em resposta, Heleno Maia define o prazo até o dia 10 de março de
185 2026 para o envio das indicações, destacando que a definição do prazo é necessária
186 para possibilitar a convocação da próxima reunião plenária. José Antônio, coordenador
187 da CTIOAR, informa que recebeu uma demanda de representantes da EMATER da
188 interessados em conhecer e acompanhar os temas relacionados às questões
189 ambientais discutidas no Comitê e questiona se a Câmara Técnica de Instrumentos de
190 Outorga e Assuntos Regulatórios já está completamente formada. Heleno Maia
191 responde que será necessário verificar a composição da Câmara e conferir se ainda há
192 vagas disponíveis, indicando que o tema poderá ser tratado novamente na reunião
193 prevista para o dia 25, ocasião em que eventuais ajustes ou aprovações poderão ser
194 formalizados. Ohany Ferreira observa que, mesmo quando a titularidade das vagas já
195 estiver preenchida, podem existir posições de suplência ainda em aberto e sugere que
196 seja realizada uma verificação detalhada da composição de todas as câmaras técnicas,
197 de forma a identificar possíveis vagas e comunicar aos membros interessados. Heleno
198 Maia acrescenta que, mesmo com a composição formal das câmaras técnicas, outros
199 conselheiros ou representantes podem participar das reuniões como convidados e
200 explica que esses participantes terão direito à fala, embora não tenham direito a voto
201 nas deliberações da câmara. Ressalta que a participação ampliada contribui para
202 enriquecer as discussões e fortalecer os trabalhos do Comitê. **7. Orientações**
203 **relacionadas ao processo de custeio de viagem e prestação de contas.** Ohany
204 Ferreira, apresenta aos conselheiros esclarecimentos sobre os procedimentos para

205 solicitação e prestação de contas de diárias no âmbito do Comitê. Informa que a inclusão
206 da pauta ocorreu a partir de solicitação realizada pelo conselheiro Winston Caetano,
207 com apoio de Andréa de Oliveira, ressaltando a importância de que todos os membros
208 do plenário tenham conhecimento das regras e procedimentos relacionados ao tema.
209 Inicialmente, a Gerente de Integração explica que todos os membros do plenário do
210 CBH Paraopeba têm direito ao recebimento de diárias quando participam de atividades
211 relacionadas ao Comitê e esclarece que os representantes da sociedade civil podem
212 solicitar a diária diretamente, enquanto os representantes de outros segmentos, como
213 Poder Público e Usuários, devem apresentar ofício da instituição que representam
214 informando que não há disponibilidade para custear as despesas de deslocamento e
215 acrescenta que as diárias podem ser concedidas aos membros do plenário, integrantes
216 de câmaras técnicas e grupos de trabalho, bem como a convidados que participem de
217 atividades institucionais do Comitê. Destaca que o pagamento da diária tem como
218 finalidade custear despesas de deslocamento, alimentação e hospedagem, sendo um
219 valor fixo concedido ao conselheiro. Ohany Ferreira informa que o pagamento das
220 diárias ocorre, preferencialmente, de forma antecipada à viagem, sendo necessária a
221 solicitação com antecedência mínima de seis dias e explica que, em alguns casos, a
222 solicitação pode incluir também apoio logístico, como locação de veículo ou aquisição
223 de passagens, o que exige prazo maior para organização administrativa e quando o
224 conselheiro ainda não possui cadastro para recebimento, é necessário realizar
225 previamente o registro bancário para viabilizar o pagamento. Ohany destaca que, caso
226 o conselheiro não consiga realizar a solicitação dentro do prazo necessário para
227 pagamento antecipado, a diária ainda poderá ser recebida posteriormente, mediante
228 apresentação do relatório de viagem e da documentação correspondente no processo
229 de prestação de contas e explica que a participação em reuniões ordinárias do plenário
230 não exige autorização adicional para solicitação de diárias, pois faz parte das atribuições
231 do conselheiro. Ressalta ainda que, conforme deliberação anterior do Comitê, a diretoria
232 pode autorizar a participação de até dois representantes em determinados eventos sem
233 necessidade de apreciação prévia do plenário, enquanto casos com maior número de
234 participantes devem ser submetidos à deliberação do colegiado. Ohany Ferreira informa
235 que pode disponibilizar a apresentação realizada na reunião e encaminhar aos
236 conselheiros o manual de procedimentos, documento mais completo que reúne todas
237 as orientações e que já está publicado no site. A Gerente de Integração, explica as
238 situações em que o conselheiro não tem direito ao recebimento de diária. Nesses casos,
239 entretanto, pode haver possibilidade de reembolso de despesas específicas, como
240 transporte por aplicativo, desde que previamente combinado e relacionado à
241 participação institucional na atividade. Outro ponto mencionado é que, em situações em
242 que normalmente não se paga diária — como em deslocamentos entre municípios muito
243 próximos, especialmente na região metropolitana —, o pagamento só poderá ocorrer se
244 houver comprovação de necessidade de pernoite. Sobre passagens aéreas, Ohany
245 explica que o Comitê possui uma agência de viagens contratada por meio de licitação,
246 responsável por realizar as reservas. Por esse motivo, passagens compradas
247 diretamente pelo participante não são reembolsadas. As solicitações devem ser feitas
248 com antecedência mínima de dez dias para viagens nacionais e vinte dias para viagens
249 internacionais. A escolha do voo considera o menor preço disponível, desde que
250 compatível com o horário do compromisso e com condições adequadas de
251 deslocamento para o participante. Quanto à locação de veículos, informa que também
252 pode ser solicitada com antecedência mínima de seis dias, prazo necessário para
253 organização administrativa e verificação de disponibilidade. Em alguns casos, como a
254 necessidade de veículos 4x4 para atividades em locais de difícil acesso, é exigida
255 justificativa. Ressalta ainda que eventuais multas ou danos ao veículo locado são de

256 responsabilidade do condutor e esclarece os procedimentos para utilização de veículo
257 próprio. Ohany Ferreira também alerta que alguns conselheiros participam
258 simultaneamente de comitês estaduais e do Comitê do Rio São Francisco, onde o
259 modelo de reembolso é diferente, baseado em quilometragem rodada, o que pode gerar
260 confusão, já que no Comitê do Paraopeba o reembolso depende da comprovação de
261 abastecimento. Winston Caetano relata uma dificuldade enfrentada no processo de
262 reembolso de despesas de viagem e explica que realizou um deslocamento para
263 participar de um evento, saindo de sua cidade no dia anterior à atividade, e que também
264 foi orientado a apresentar comprovante de abastecimento, e ao receber o valor
265 reembolsado acabou sendo muito baixo e praticamente não cobriu os custos reais da
266 viagem, especialmente o gasto com combustível. Ohany Ferreira esclarece que, quando
267 o conselheiro utiliza veículo próprio orienta que não é necessário abastecer o veículo na
268 ida e na volta da viagem, o ideal é que o conselheiro faça apenas um abastecimento
269 correspondente ao consumo total necessário para realizar o deslocamento de ida e
270 retorno, apresentando apenas essa nota fiscal para o reembolso. Como o cálculo do
271 reembolso considera apenas o percurso realizado, o sistema entende que o veículo
272 deve terminar a viagem em condição semelhante àquela em que iniciou, pois o
273 reembolso corresponde apenas ao consumo da viagem. Por isso, a recomendação é
274 que o conselheiro estime previamente o consumo aproximado da viagem e realize
275 apenas um abastecimento correspondente a esse valor e caso seja necessário, realizar
276 um abastecimento intermediário durante o trajeto. Winston Caetano questiona como
277 deve proceder caso não queira mais utilizar seu próprio veículo para participar das
278 plenárias e eventos do CBH Paraopeba. Ohany Ferreira responde que, nesse caso, ele
279 pode solicitar a locação de um veículo e explica que, se no município do conselheiro
280 houver apenas uma locadora e o estabelecimento não funcionar em horário compatível
281 com o início da viagem, é possível retirar o veículo no dia anterior ao deslocamento,
282 garantindo assim a participação na atividade. Ohany Ferreira explica que, além das
283 diárias, é possível pedir adiantamento para combustível, com limite de R\$ 150,00 e após
284 a viagem, o conselheiro deve prestar contas do valor recebido: se a despesa for maior,
285 o restante é reembolsado; se for menor, o valor não utilizado deve ser devolvido. Esse
286 tipo de adiantamento também pode ser solicitado para outras despesas, como
287 transporte urbano (táxi ou aplicativo) ou passagens de ônibus. Ohany ressalta que,
288 diferentemente da diária — que é um valor fixo —, no caso do adiantamento é obrigatório
289 apresentar comprovantes das despesas, como notas fiscais e esclarece que a prestação
290 de contas deve ser realizada em até sete dias após a viagem, sendo obrigatória em
291 todos os casos, independentemente do tipo de custeio recebido (diária, passagem
292 aérea, uso de veículo próprio ou locado). A prestação de contas deve incluir: Relatório
293 de viagem assinado, descrevendo a atividade realizada; Notas fiscais, quando aplicável;
294 comprovantes de embarque, no caso de passagens aéreas (inclusive check-in online);
295 Formulário de utilização de veículo, quando for usado veículo próprio; comprovante de
296 participação no evento ou atividade. Sobre os comprovantes fiscais, explica que não é
297 necessário enviar documentos físicos pelo correio, caso a nota fiscal possua QR Code,
298 basta fazer a leitura e encaminhar a versão eletrônica. Por fim, enfatiza a importância
299 do comprovante de participação, sendo a lista de presença o documento mais
300 adequado. Quando se tratar de participação em eventos externos representando o
301 comitê, e que a Agência pode preparar uma lista de presença para coleta de
302 assinaturas. Outros documentos válidos incluem certificados de participação ou
303 registros formais que comprovem a presença do conselheiro na atividade. Auto
304 declarações não são aceitas. Ohany Ferreira informa que, caso o participante não
305 consiga apresentar nem a lista de presença nem o certificado do evento, a orientação é
306 solicitar a elaboração de um Relatório Técnico da Viagem, acompanhado de fotos que

307 comprovem a participação. Ela explica que a questão das fotos ainda está em discussão
308 com o IGAM e destaca que o tema gera controvérsias. Ohany Ferreira comenta que,
309 em conversa com uma auditora, surgiu a dúvida sobre como identificar, nas fotos, se
310 determinada pessoa realmente é quem está declarada no relatório e explica que, por
311 essa razão, a equipe discute a melhor forma de apresentar relatórios fotográficos.
312 Ohany relata que orienta a equipe técnica a produzir relatórios detalhados e registrar
313 fotos com coordenadas geográficas, indicando local, data e horário, como forma
314 adicional de comprovação de que a atividade ocorre naquele momento e naquele local.
315 Heleno Maia questiona como a auditora poderá saber se as assinaturas presentes em
316 uma lista de presença realmente pertencem às pessoas indicadas, já que ela também
317 não conhece as assinaturas e sugere que essa pergunta seja feita à analista
318 responsável pela auditoria, destacando que, assim como ocorre com as fotos, também
319 não existe garantia absoluta em relação às assinaturas. Ohany Ferreira responde que
320 compreende o argumento e afirma que realmente não é possível garantir cem por cento
321 a autenticidade de todos os registros, mas ressalta que a lista de presença é um
322 documento formal entregue por diversas pessoas que confirmam sua participação e
323 reforça que a intenção da agência é facilitar o trabalho de quem analisa a prestação de
324 contas, para que não exista dúvidas durante a avaliação. Ela explica que a Agência
325 Peixe Vivo busca reunir o máximo de evidências possíveis para que as contas sejam
326 aprovadas e relata que já existem casos em que relatórios fotográficos são aceitos,
327 principalmente quando apresentam atividades detalhadas por dia, com fotos do
328 participante e registros claros das ações realizadas e explica que, na prática, a equipe
329 responsável pela logística segue uma ordem: primeiro busca a lista de presença; se não
330 houver, verifica se existe certificado; se isso também não for possível, tenta obter uma
331 declaração da pessoa responsável pelo evento. Caso nenhuma dessas opções esteja
332 disponível, a orientação é produzir um relatório fotográfico robusto. Se possível, as fotos
333 devem conter coordenadas geográficas; caso contrário, utilizam-se outras evidências
334 disponíveis. Ohany Ferreira enfatiza que o objetivo da Agência Peixe Vivo é garantir que
335 os recursos investidos sejam aplicados na finalidade solicitada e afirma que esse rigor
336 na análise da prestação de contas também protege o próprio comitê, pois assegura
337 transparência e responsabilidade na utilização dos recursos. Fernanda Lobo
338 complementa a discussão relatando uma situação que enfrentou durante o ENCOB e
339 relata que, em alguns locais ou palestras específicas, não é permitido registrar a lista de
340 presença completa e em determinado caso, para comprovar sua participação em uma
341 palestra que não oferece certificado, ela fotografa a lista cobrindo os demais nomes e
342 deixando visível apenas o seu próprio nome. A conselheira alerta que, em algumas
343 situações, os membros do comitê podem enfrentar dificuldades para obter listas ou
344 certificados por causa dessas restrições, sugerindo que seja pensada uma estratégia
345 alternativa baseada em relatórios fotográficos. Ohany Ferreira informa que, em reuniões
346 recentes com o IGAM, menciona justamente essa preocupação levantada por Heleno
347 Maia e Fernanda Lobo, destacando a importância de aceitar relatórios fotográficos como
348 forma de comprovação e explica que o órgão gestor estuda criar uma regra mais clara
349 para disciplinar esse tipo de comprovação, estabelecendo um padrão geral. A Gerente
350 de Integração reforça que o principal cuidado da agência é garantir que a prestação de
351 contas seja o mais transparente possível, evitando qualquer dúvida sobre o
352 deslocamento ou a participação do conselheiro em determinada atividade e explica que,
353 na prática, esse tipo de problema não ocorre com frequência nas prestações de contas
354 do comitê, já que a Agência Peixe Vivo trabalha com Comitês de Bacias há muitos anos
355 e os casos de dificuldade na comprovação de participação são poucos. Ela observa
356 ainda que a auditoria do IGAM costuma ser mais rigorosa que a da ANA. Por isso, a
357 equipe procura produzir processos que “façam por si mesmos”, reunindo todos os

358 documentos necessários para demonstrar claramente a regularidade das atividades.
359 Guilherme Silva esclarece que existem formas mais simples de comprovação, como
360 lista de presença e certificado. Caso essas opções não estejam disponíveis, o
361 conselheiro pode apresentar um relatório de viagem, semelhante aos relatórios
362 utilizados em empresas privadas. Nesse documento, o participante descreve o dia de
363 saída, o dia de retorno, as atividades realizadas e inclui fotos do local do evento, do
364 auditório ou de banners do encontro e afirma que o processo parte do princípio da boa-
365 fé dos participantes, considerando que todos são honestos. Ele ressalta, no entanto,
366 que é necessário apresentar algum tipo de comprovação mínima para justificar o uso
367 dos recursos do comitê. Ohany Ferreira menciona como exemplo um evento de grande
368 duração, como a COP30, que ocorreu ao longo de dez dias. Nesse caso, uma única foto
369 no primeiro dia pode não ser suficiente para comprovar a participação durante todo o
370 período e explica que, por isso, é importante reunir várias evidências ao longo do evento.
371 A Gerente de Integração destaca que, quando a equipe orienta os conselheiros sobre
372 prestação de contas, procura antecipar possíveis questionamentos de auditoria e
373 explica que, caso o conselheiro não apresente a prestação de contas, a agência precisa
374 suspender novos custeios, emitir uma notificação formal e informar o órgão gestor sobre
375 a pendência. Ohany informa, também, que existe, no site do comitê, uma aba específica
376 destinada à publicação das viagens realizadas com recursos do colegiado, nessa seção
377 são divulgadas informações como o nome da pessoa que recebe a diária, o objetivo da
378 viagem, o destino, as datas, o valor pago e a fonte do recurso e explica que essas
379 informações são atualizadas trimestralmente e podem ser consultadas por qualquer
380 membro do plenário ou pela sociedade, destacando que esse nível de transparência
381 permite o controle social possibilitando que qualquer pessoa questione uma atividade
382 ou solicite esclarecimentos. Ohany Ferreira menciona problemas operacionais com
383 instituições bancárias, que às vezes devolvem remessas de pagamento quando o limite
384 diário de transações é ultrapassado e que outro problema recorrente é o envio de
385 informações incompletas como horários imprecisos de saída e chegada, ou ausência de
386 dados bancários corretos. A gerente de Integração recomenda que, sempre que
387 possível, os participantes utilizem comprovantes com QR Code, façam a leitura digital e
388 encaminhem os arquivos diretamente para Gisele Nobre ou Elaine Pereira, as
389 secretárias que organizam a documentação da prestação de contas e menciona ainda
390 que alguns membros enviam documentos pelo WhatsApp, o que pode gerar confusão
391 para a equipe que recebe grande volume de mensagens diariamente. Por isso, orienta
392 que os documentos sejam enviados pelo e-mail específico de prestação de contas.
393 Ohany conclui afirmando que espera que a apresentação esclareça os procedimentos
394 de viagem e prestação de contas, especialmente considerando a proximidade do Fórum
395 Águas do Paraopeba, e se coloca à disposição para responder dúvidas naquele
396 momento ou em outras oportunidades. Heleno Maia esclarece que sua manifestação
397 não representa concordância em relação aos pontos apresentados pela Agência Peixe
398 Vivo e relata que realizará uma consulta formal ao Tribunal de Contas do Estado de
399 Minas Gerais sobre a forma de realização da prestação de contas e explica que toma
400 essa iniciativa porque entende que as normas devem ser seguidas exatamente
401 conforme estão estabelecidas no regimento interno do Comitê e afirma que, caso
402 prevaleça apenas o entendimento individual de um servidor, pode se tornar inviável
403 realizar a prestação de contas não apenas no comitê, mas também em outras
404 instituições. Heleno explica que, durante uma viagem, uma pessoa pode registrar fotos
405 normalmente, no entanto essas imagens podem não conter registro automático de data,
406 horário ou localização, pois essa exigência não consta no decreto e ao retornar para
407 realizar a prestação de contas, pode ocorrer de o analista responsável exigir fotos
408 contendo data, hora e localização, mesmo que tal exigência não esteja prevista na

409 norma. Nesse caso, afirma que o participante não teria como atender à exigência
410 posteriormente, Heleno Maia avalia que essa situação torna a prestação de contas muito
411 difícil nas condições atuais e por essa razão, ele considera a consulta ao Tribunal de
412 Contas um procedimento importante para esclarecer definitivamente a questão e
413 acrescenta que considera indispensável deixar esse posicionamento registrado porque
414 possui algumas prestações de contas ainda em discussão relacionadas a essa questão
415 e afirma que adota uma postura bastante “regimentalista” e procura sempre seguir
416 estritamente aquilo que está previsto no regimento interno. Para reforçar seu argumento,
417 ele menciona que mantém o regimento do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio
418 Paraopeba sempre à sua frente durante as reuniões e que consulta constantemente o
419 documento para garantir que suas ações estejam em conformidade com as regras
420 estabelecidas. Segundo ele, não existe qualquer descumprimento do regimento em sua
421 atuação, pois todas as suas decisões são verificadas diretamente no texto normativo.
422 Andréa Oliveira solicita a palavra, agradece a Ohany Ferreira pela apresentação
423 realizada sobre os procedimentos de viagem e prestação de contas e comenta que não
424 realiza viagens com frequência representando o comitê e relata que, na primeira vez em
425 que participou de uma viagem institucional, encontrou bastante dificuldade para
426 compreender o manual de procedimentos e identificar quais documentos e registros
427 seriam necessários para a prestação de contas e diante dessa dificuldade, torna-se
428 fundamental que os conselheiros realizem as solicitações de viagem com antecedência
429 e conversem previamente com a equipe responsável, a fim de entender exatamente
430 quais registros precisam ser feitos durante a viagem. A conselheira ressalta que,
431 conforme mencionado anteriormente na reunião, depois que a viagem já ocorreu não é
432 possível produzir documentos ou registros que não foram preparados no momento da
433 atividade e destaca que existem dois eventos importantes programados para os
434 próximos meses; o Fórum Águas do Paraopeba, previsto para ocorrer em abril e o
435 Fórum Nacional das Águas, programado para o mês de maio. Diante desse calendário,
436 Andréa Oliveira solicita que, considerando a reunião prevista no Tribunal de Contas no
437 dia 10, seja incluído na pauta da próxima reunião ordinária do comitê — agendada para
438 o dia 25, um ponto específico para tratar da indicação de representantes do comitê para
439 participação no Fórum Nacional das Águas e sugere que o comitê já apresente as
440 indicações dos membros que irão participar do evento, permitindo que a equipe da
441 secretaria e da Agência Peixe Vivo possa orientar previamente os participantes quanto
442 aos procedimentos de solicitação de custeio e prestação de contas. Andréa observa que
443 a apresentação de Ohany Ferreira esclarece vários pontos importantes, mas entende
444 que seria útil disponibilizar orientações mais específicas relacionadas aos eventos que
445 estão prestes a acontecer. Por fim, sugere que seja preparado um conjunto de
446 orientações mais direcionado aos participantes desses eventos, explicando claramente
447 quais despesas podem ser solicitadas, como devem ser registradas e quais documentos
448 precisam ser apresentados posteriormente na prestação de contas. Francisco de Assis
449 destaca que existem realidades muito distintas entre os comitês de bacia e comenta que
450 tem a oportunidade de participar de outros comitês e, a partir dessa experiência,
451 percebe que há tratativas diferentes em relação aos procedimentos adotados,
452 especialmente no que diz respeito ao apoio para participação em atividades e eventos.
453 O conselheiro afirma que gostaria de apresentar algumas sugestões e ressalta que
454 todos os comitês costumam reivindicar maior presença do poder público em suas
455 atividades, considerando que as decisões e discussões tratam de questões que
456 acontecem diretamente nesses âmbitos e afirma poder falar em nome dos municípios
457 sobre as dificuldades enfrentadas pelos representantes municipais para participar das
458 atividades dos comitês. O Conselheiro explica que muitos municípios enfrentam
459 entraves administrativos, burocráticos e logísticos que dificultam a aquisição de

460 passagens ou o custeio de deslocamentos para participação em eventos e destaca a
461 necessidade de rever essa situação sugerindo que a criação de um grupo de trabalho,
462 possivelmente em articulação com o IGAM, poderia ser uma alternativa importante para
463 discutir o tema pois, quanto maior for a dificuldade dos municípios em obter apoio para
464 participar das atividades dos comitês de bacia, maior será o risco de esvaziamento da
465 representação municipal no chamado Parlamento das Águas e relata que, em
466 determinada agência, existe um documento padrão único que é renovado anualmente
467 e que estabelece previamente as condições de apoio logístico ao servidor municipal.
468 Com esse documento, não seria necessário encaminhar novas autorizações a cada
469 viagem ou atividade, o que simplificaria o processo. Francisco de Assis reforça que,
470 independentemente da origem do recurso — seja do município, do estado ou da agência
471 — trata-se de recurso público, o que exige uma gestão eficiente e responsável e conclui
472 reforçando a importância de garantir apoio aos municípios, pois o esvaziamento da
473 participação do poder público municipal nas plenárias, em muitos casos, ocorre
474 justamente pelas dificuldades que as prefeituras enfrentam para custear a participação
475 de seus servidores nas atividades do comitê. Ohany Ferreira esclarece que, em relação
476 ao formulário padrão mencionado, não é necessário encaminhar um novo documento a
477 cada viagem e explica que já houve casos semelhantes em que um único documento
478 emitido pela prefeitura foi utilizado para várias atividades ao longo do tempo. Ela
479 menciona a situação da presidente de uma gestão anterior do CBH Velhas, que possuía
480 um documento emitido pelo prefeito indicando quais atividades seriam custeadas pela
481 prefeitura e quais não seriam. Esse mesmo documento era utilizado pela agência para
482 compor a documentação necessária nas diferentes viagens. A gerente de Integração
483 esclarece ainda que, no âmbito estadual, não existe impedimento para o custeio da
484 participação de representantes municipais. Caso a prefeitura solicite o custeio, a
485 agência pode realizar o pagamento para o titular ou para o suplente em exercício, desde
486 que seja apresentado o documento de comprovação necessário e acrescenta que, em
487 alguns comitês, observa-se realmente um esvaziamento da participação de
488 representantes municipais, inclusive em reuniões realizadas de forma online, o que
489 indica que nem sempre a ausência está relacionada apenas às dificuldades de
490 deslocamento. Por fim, Ohany Ferreira comenta que podem existir diferenças de
491 entendimento entre comitês porque as regras aplicáveis também podem ser diferentes.
492 Na sequência, Heleno Maia menciona que acaba de chegar à reunião uma equipe do
493 Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e explica que irão fazer uma breve
494 apresentação aos conselheiros sobre a participação dos comitês municipais em ações
495 relacionadas ao complemento do plano de saneamento. Sarah de Castro se apresenta
496 como gestora do Programa de Universalização do Saneamento Básico do Paraopeba
497 pelo BDMG e explica que o programa possui gestão executiva da SEMAD, enquanto o
498 BDMG atua como agente operacional e financeiro da iniciativa. A representante relata
499 que o programa surgiu a partir de uma obrigação assumida pela Vale S/A de executar
500 obras de saneamento básico nos 26 municípios atingidos pela tragédia de Brumadinho.
501 No entanto, após cerca de quatro ou cinco anos, a empresa não conseguiu executar as
502 atividades conforme previsto, em parte devido à complexidade inerente aos projetos de
503 saneamento básico e diante dessa situação, a SEMAD convidou o BDMG para
504 estruturar um novo modelo de implementação. Nesse novo formato, os recursos que
505 seriam executados diretamente pela Vale S/A, no montante inicial de 1,47 bilhão de
506 reais, passaram a ser distribuídos entre os 26 municípios da bacia do Paraopeba. A
507 distribuição foi realizada com base em dados do Sistema Nacional de Informações sobre
508 Saneamento (SNIS), buscando priorizar a universalização do esgotamento sanitário e
509 atingir cerca de 90% de cobertura de abastecimento de água nos municípios. Sara
510 explica que foi definido que até 25% do volume de recursos destinado a cada município

511 pode ser utilizado em projetos de drenagem urbana em localidades que apresentem
512 situação crítica e no caso específico de Brumadinho, também foi autorizada a utilização
513 de recursos para ações relacionadas a resíduos sólidos e esclarece que os recursos já
514 estão parcialmente depositados no BDMG e são corrigidos por 95% da taxa Selic. Ela
515 informa que o banco disponibiliza em seu site um painel de monitoramento com dados
516 atualizados sobre os recursos disponíveis e sobre o andamento das ações em cada
517 município, incluindo os projetos priorizados e os tipos de investimentos em execução e
518 ressalta que o programa exige um acompanhamento bastante próximo dos municípios,
519 considerando as dificuldades técnicas e operacionais associadas à implementação de
520 sistemas de esgotamento sanitário. Atualmente, existem cerca de 161 projetos em
521 andamento no âmbito do programa. A Representante destaca que o programa foi
522 lançado em 31 de outubro de 2024 e que, aproximadamente 13 meses depois, os
523 municípios já apresentam um avanço significativo na estruturação dos projetos. Entre
524 as iniciativas em andamento, menciona a elaboração de 22 Planos Municipais de
525 Saneamento Básico e esclarece que a escolha dos projetos que serão executados é
526 uma atribuição do Poder Executivo municipal, responsável por definir as prioridades
527 locais e o banco presta assessoria técnica aos municípios, realizando análise dos
528 projetos de engenharia e acompanhando a execução das obras até a entrega final. O
529 objetivo é garantir que os investimentos sejam realizados de forma adequada e que os
530 sistemas implantados operem corretamente. Sara de Castro também menciona que a
531 elaboração dos planos municipais está sendo conduzida com base no termo de
532 referência da Funasa de 2018 e destaca a importância da participação do Comitê de
533 Bacia nesses comitês de coordenação e essa participação foi discutida previamente
534 com Heleno Maia, que deverá acompanhar os trabalhos junto aos municípios e enfatiza,
535 também, que a participação do comitê é importante para acompanhar e contribuir na
536 definição das prioridades municipais em saneamento. Ela informa ainda que os
537 municípios têm prazo até 31 de outubro para apresentar ao banco os projetos de
538 engenharia que pretendem executar com os recursos disponíveis e comenta que esse
539 prazo tem gerado grande pressão sobre os municípios, que precisam estruturar os
540 projetos e conduzir os processos licitatórios dentro desse período. Altino Rodrigues
541 agradece a presença da representante do BDMG, lembrando que recentemente teve a
542 oportunidade de conversar com ela no município de Felixlândia e explica que, após essa
543 conversa, sugeriu ao presidente Heleno Maia que fosse aberto um espaço na reunião
544 do comitê para que o programa pudesse ser apresentado aos conselheiros e destaca
545 que o comitê é um espaço adequado para discutir temas fundamentais como o
546 saneamento, ressaltando que a apresentação representa uma oportunidade importante,
547 especialmente para os Membros indicados pelas prefeituras, e chama a atenção para a
548 necessidade de que os gestores municipais considerem não apenas o saneamento nas
549 áreas urbanas e nas sedes municipais, mas também as demandas das comunidades
550 rurais, sobretudo no que se refere aos sistemas de abastecimento de água e
551 esgotamento sanitário. Altino Rodrigues destaca que solicitar a participação dos comitês
552 de bacia nos grupos de trabalho municipais é fundamental para que o comitê possa
553 contribuir com sua visão sobre a gestão dos recursos hídricos e o planejamento do
554 saneamento. Por fim, o Conselheiro pede que os representantes das prefeituras
555 membros do comitê levem essas informações aos executivos municipais, câmaras de
556 vereadores e demais instâncias locais, reforçando a importância de aproveitar os
557 recursos disponíveis e garantir que os projetos sejam bem estruturados. Sara
558 complementa que os recursos do programa também podem ser utilizados para custear
559 taxas relacionadas ao licenciamento ambiental ou para contratação de assessoria
560 técnica necessária para a elaboração da documentação exigida. Joana Silva alerta
561 sobre a importância de que os projetos de Estações de Tratamento de Esgoto já

562 considerem a quantidade do efluente a ser lançado no corpo hídrico receptor e explica
563 que, mesmo que determinadas autorizações ainda não tenham sido emitidas, é
564 necessário que os projetos já contemplem a capacidade adequada de tratamento, pois,
565 caso contrário, a obra poderá se tornar inviável posteriormente e observa que, se a
566 estação não tiver capacidade de tratamento suficiente, poderá ser necessário
567 acrescentar novas etapas de tratamento ou reduzir a vazão prevista, o que pode
568 comprometer a funcionalidade da obra. Também destaca a importância de considerar
569 adequadamente o local de lançamento do efluente. Sara de Castro explica que, quando
570 os projetos de engenharia são enviados ao BDMG, eles precisam considerar todas as
571 deliberações normativas vigentes, incluindo as normas relacionadas ao tratamento de
572 amônia, que atualmente têm gerado bastante discussão e ressalta que os estudos
573 também precisam avaliar a capacidade do corpo hídrico receptor de suportar o
574 lançamento do efluente tratado, pois já houve casos em outras bacias, como na região
575 do Rio Doce, em que projetos não puderam ser autorizados porque o corpo receptor
576 não possuía capacidade de assimilação suficiente. José Antônio informa que foi
577 convidado pelo Presidente do Comitê para participar dessa reunião com o BDMG, mas
578 teve um problema pessoal que o impediu e manifesta interesse em compreender qual
579 seria a melhor forma de participação da ABES nesse processo e explica que a
580 associação possui técnicos e engenheiros que já participaram da elaboração de
581 diversos projetos municipais de saneamento em Minas Gerais e no Espírito Santo,
582 inclusive em iniciativas relacionadas à bacia do Rio Doce e sugere que seja estabelecida
583 uma forma de cooperação que permita à ABES acompanhar mais de perto o programa.
584 O Conselheiro propõe realizar uma visita ao BDMG para conhecer melhor a estrutura
585 do programa e compreender o papel de cada instituição envolvida e se compromete a,
586 após essa visita, apresentar aos conselheiros do comitê orientações sobre a forma mais
587 adequada de participação dos membros no acompanhamento das ações do programa.
588 Sara agradece o interesse e reforça que o BDMG está disponível para aprofundar a
589 apresentação em outra oportunidade e acrescenta que a equipe do banco pode receber
590 os interessados em sua sede ou realizar apresentações adicionais nos municípios e nas
591 câmaras municipais. Francisco de Assis pergunta se é possível obter essas informações
592 de forma detalhada e formalizada. Em resposta, Sara Denise informa que essas
593 informações estão disponíveis no site do BDMG e que, no portal do banco existe uma
594 seção específica sobre o Programa de Acompanhamento do Paraopeba, onde podem
595 ser encontrados o edital do programa, contendo todas as regras, além de um painel de
596 acompanhamento (BI) que apresenta dados atualizados sobre o andamento das ações
597 e acrescenta que, caso os conselheiros desejem informações mais detalhadas, ela se
598 coloca à disposição para realizar reuniões de esclarecimento, que podem ocorrer de
599 forma online ou presencial, permitindo uma conversa mais aprofundada sobre o
600 programa. Heleno Maia agradece, então, ao BDMG pela participação na reunião e
601 orienta que os conselheiros que tiverem interesse em participar dos comitês
602 relacionados à elaboração dos planos municipais encaminhem os nomes das cidades
603 de interesse para Gisele Nobre. O Presidente faz uma observação direcionada
604 especialmente aos secretários municipais de meio ambiente presentes na reunião e
605 recomenda que aqueles que já participam do processo representando oficialmente seus
606 municípios evitem se indicar novamente para participação por meio do comitê de bacia
607 na mesma localidade e complementa que, essa orientação busca evitar duplicidade de
608 representação e permitir que outros membros do comitê também possam participar e
609 contribuir, ampliando a interlocução e a participação nas discussões. Vanessa Buzzi faz
610 um esclarecimento relacionado à forma como o programa foi mencionado e explica que,
611 em um e-mail recebido, a iniciativa havia sido associada ao plano de reparação da Vale.
612 No entanto, ressalta que, tecnicamente, o correto é compreender que essa ação está

613 vinculada ao acordo judicial de reparação integral firmado entre a Vale e as instituições
614 comprometentes e observa que, embora no dia a dia as expressões possam acabar
615 sendo utilizadas de forma semelhante, é importante ajustar a terminologia para evitar
616 confusões, especialmente quando a informação é repassada para pessoas que não
617 acompanham diretamente o processo. A representante da Vale S/A explica que o
618 recurso destinado ao programa está previsto em um anexo específico do acordo judicial
619 e que o valor já foi integralmente repassado para a gestão do programa, conforme
620 apresentado anteriormente por Sara de Castro e conclui ressaltando que existem
621 diversas ações dentro do plano de reparação socioambiental que correspondem a
622 obrigações de fazer da empresa, muitas delas acompanhadas diretamente pela
623 SEMAD. Por isso, considera importante manter clareza conceitual ao tratar do tema, já
624 que os termos utilizados — como acordo, plano de reparação e programa de
625 universalização — podem gerar confusão se não forem corretamente contextualizados
626 e pede que devido ao horário as pautas destinadas a Vale S/A; sejam transferidas para
627 a próxima reunião que ocorrerá no dia 25 de maio de 2026. Guilherme da Silva manifesta
628 que, não vê problema sobre a questão levantada, e o Presidente Heleno Maia concorda
629 com o adiamento das pautas. **8. Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas na**
630 **AID e All do Ribeirão Ferro Carvão. Este projeto atende à Condicionante 07 da**
631 **Licença de Operação Corretiva (LOC); Vale S.A.** Pauta adiada para a 67ª Reunião
632 Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba. **9. Outorga da Barragem**
633 **VI (Barramento com regularização de vazão). Este licenciamento se faz necessário**
634 **para futuro pedido para captação de recursos Hídricos para continuidade do**
635 **projeto para disposição hidráulica de rejeito no interior da Cava de Feijão Vale**
636 **S.A.** Pauta adiada para a 67ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio
637 Paraopeba. **10. Encerramento.** Heleno Maia pede a palavra e relata um fato que
638 inicialmente não havia considerado relevante por tratar-se de um documento que
639 classificou como hipotético e relembra aos conselheiros que, desde o início de sua
640 gestão, conduz os trabalhos do Comitê seguindo rigorosamente o Regimento Interno do
641 CBH Paraopeba e afirma que todas as decisões e procedimentos são analisados à luz
642 desse documento. Destaca que participou da revisão do regimento interno e que
643 costuma ler cuidadosamente todos os documentos antes de assinar ou tomar qualquer
644 decisão e menciona, como exemplo, a análise que realizou anteriormente sobre a
645 prestação de contas, quando afirmou ter examinado detalhadamente as leis
646 relacionadas ao tema. O presidente faz a leitura do artigo 26 do regimento interno, que
647 estabelece que qualquer membro da diretoria pode ser destituído por decisão motivada
648 de dois terços dos conselheiros, em reunião extraordinária convocada especificamente
649 para esse fim, assegurando ampla defesa e contraditório, o parágrafo único prevê ainda
650 a instauração de procedimento administrativo com a formação de uma comissão
651 especial composta por até cinco membros do plenário para emitir parecer
652 fundamentado. Heleno Maia afirma que encontrou um documento no SEI assinado por
653 dois servidores do IGAM solicitando sua cassação por suposto descumprimento do
654 regimento interno e desafia que seja demonstrado em qual ponto teria descumprido as
655 normas e declara ter convicção de que tal descumprimento não ocorreu. Segundo ele,
656 o documento teria como objetivo pressioná-lo a colocar determinada matéria em pauta.
657 O presidente afirma que não aceitará esse tipo de pressão e que, caso haja tentativa de
658 encaminhar o processo para instâncias como o Conselho Nacional de Recursos
659 Hídricos, ele está disposto a se defender e ressalta que foi eleito e reeleito presidente
660 do comitê por unanimidade. Heleno Maia afirma que decidiu comunicar o plenário por
661 considerar importante dar ciência aos conselheiros sobre o ocorrido e argumenta que
662 qualquer processo administrativo deve garantir contraditório e ampla defesa e afirma ter
663 encaminhado o documento ao Ministério Público por entender que houve tentativa de

664 pressioná-lo. Após sua manifestação, Heleno declara encerrada a reunião. Em seguida,
665 Michael Jacks, representante do IGAM pede a palavra e se apresenta como gerente
666 responsável pela área que presta apoio às agências de bacia e afirma ser um dos
667 servidores do IGAM que assinou a nota técnica mencionada por Heleno. Francisco de
668 Assis questiona se a reunião havia sido efetivamente encerrada ou se ainda haveria
669 espaço para manifestação e levanta uma questão de ordem, afirmando que, para
670 garantir o funcionamento democrático da reunião, é necessário esclarecer se haverá
671 continuidade das falas ou se a reunião será formalmente encerrada. Heleno aceita a
672 questão de ordem e passa a palavra para que Robson Rodrigues, recém-indicado do
673 IGAM como conselheiro do comitê. O Conselheiro se apresenta e informa que é sua
674 primeira reunião e como o IGAM havia sido citado, ele solicita a palavra, mas explica
675 que, por não conhecer em profundidade o assunto, prefere passá-la ao colega Michael
676 Jacks para que faça os esclarecimentos. Michael Jacks afirma que o processo
677 administrativo está aberto na unidade administrativa do comitê e pode ser acessado
678 integralmente por quem possui acesso ao sistema SEI e explica que a situação teve
679 origem na execução do contrato de gestão por meio do qual o IGAM repassa recursos
680 públicos à Agência Peixe Vivo. Para que esses recursos possam ser utilizados para
681 estruturação da agência, é necessário que seja elaborado anualmente um Plano
682 Orçamentário Anual (POA), que deve ser submetido à apreciação e deliberação do
683 comitê. Michael Jacks, esclarece que a Agência Peixe Vivo apresentou o POA referente
684 ao exercício de 2026, com antecedência para ser analisado na última reunião plenária
685 de 2025. No entanto, a reunião que estava prevista para essa deliberação teria sido
686 cancelada pelo presidente do comitê e o documento não foi submetido à apreciação do
687 plenário e baseado nos protocolos, o IGAM notificou o comitê para que apresentasse
688 justificativas ou convocasse uma reunião plenária no prazo de quinze dias para deliberar
689 sobre o documento. Como não houve manifestação dentro do prazo, o instituto deu
690 continuidade ao processo administrativo. Michael Jacks explica que, nesse processo,
691 foi elaborada uma nota técnica com recomendações administrativas. Entre essas
692 recomendações estaria a possibilidade de representação ao Conselho Estadual de
693 Recursos Hídricos para avaliar a conduta do presidente do comitê e, eventualmente,
694 discutir sua substituição e enfatiza que essa recomendação não representa uma decisão
695 de cassação, mas apenas uma possibilidade administrativa que depende de avaliação
696 e decisão do diretor-geral do IGAM. O representante do IGAM esclarece que nenhuma
697 medida nesse sentido foi efetivamente adotada e que houve, inclusive, uma reunião
698 entre a diretoria do comitê e o diretor-geral do IGAM, que teve como pauta a deliberação
699 a respeito do POA cujo encaminhamento foi pautar o POA 2026 em reunião que está
700 prevista para o dia 25 de março. Michael Jacks conclui afirmando que o IGAM não tem
701 intenção de cassar o presidente do comitê, mas apenas cumprir os procedimentos
702 administrativos previstos no contrato de gestão. Heleno retoma a palavra e afirma que,
703 na prática, a fala de Michael Jacks confirma que havia a possibilidade de
704 encaminhamento de pedido de cassação caso o POA não fosse colocado em votação
705 e declara que, na reunião realizada no IGAM, não assumiu compromisso de colocar o
706 documento em votação imediatamente, pois sua posição foi a de primeiro consultar o
707 Tribunal de Contas para verificar eventuais responsabilidades dos conselheiros ao
708 aprovar gastos com recursos públicos e afirma que pretende obter essa orientação junto
709 ao Tribunal de Contas no dia 10 e que, após essa consulta, levará o tema à plenária na
710 reunião marcada para o dia 25 de março. O presidente reforça que não se recusou a
711 colocar o tema em pauta, mas que não o fará sob pressão e afirma que seu objetivo é
712 garantir que os conselheiros tenham segurança jurídica ao votar e que nenhuma decisão
713 tomada pelo plenário gere responsabilização futura para os membros do comitê. Ohany
714 Ferreira pede a palavra para fazer um esclarecimento e contribuir com a discussão

715 sobre o Plano Orçamentário Anual (POA) e explica que a situação de o POA não ter
716 sido aprovado na última reunião do ano do comitê é inédita na Agência Peixe Vivo e
717 esclarece que, assim como ocorre com o Plano de Aplicação Plurianual (PAP), que
718 define a forma de execução dos recursos de investimento, o POA estabelece como
719 serão executados os recursos de custeio da agência. Ambos os documentos passam
720 por avaliação do comitê, e que o PAP já está aprovado, mas o POA ainda não foi
721 deliberado. A ausência desse documento aprovado gera dificuldades operacionais para
722 a Agência Peixe Vivo. A Gerente de Integração explica que, sem o POA aprovado, a
723 agência pode continuar pagando despesas já contratadas, como salários de
724 funcionários e contratos vigentes. No entanto, não é possível realizar novas
725 contratações ou assumir novas despesas de custeio e ressalta que isso impacta
726 diretamente o funcionamento do próprio comitê, pois diversas despesas básicas —
727 como aquisição de materiais institucionais, itens de escritório, material de limpeza ou
728 outras necessidades operacionais — são pagas com recursos de custeio. Dessa forma,
729 a falta de aprovação do POA limita a atuação da entidade equiparada e dificulta o
730 suporte administrativo ao comitê, como outros riscos associados e por essa razão, a
731 Agência Peixe Vivo precisou comunicar formalmente ao IGAM sobre a não aprovação
732 do documento, uma vez que o IGAM é o contratante e se trata de uma situação incomum
733 e extremamente preocupante do ponto de vista da gestão administrativa. Informa ainda
734 que depois de muito debater e formalizar ao CBH e IGAM dos riscos de não pautar o
735 POA e importância dessa aprovação está prevista uma reunião da Câmara Técnica de
736 Planejamento (CTPLAN), coordenada por Gabriel Reis, para avaliar o documento com
737 maior detalhamento antes da deliberação plenária. Francisco de Assis ressalta que a
738 principal garantia de legitimidade das decisões do comitê é o cumprimento do regimento
739 interno e observa que, naquele momento da reunião, não havia mais quórum suficiente
740 para continuidade dos trabalhos, possivelmente porque alguns conselheiros haviam
741 deixado a reunião durante o momento de maior tensão da discussão e argumenta que,
742 diante da ausência de quórum, a reunião fica regimentalmente prejudicada para
743 continuidade das deliberações. O Conselheiro reforça a importância de preservar a
744 independência do parlamento das águas, destacando o papel representativo dos
745 conselheiros e a necessidade de seguir rigorosamente as regras regimentais. José
746 Antônio explica que, apesar da ausência de quórum, é importante aproveitar o momento
747 para esclarecer pontos relevantes da discussão e afirma que estava tomando
748 conhecimento mais detalhado do conflito naquele momento e entende que a situação
749 envolve uma complexidade significativa e ressalta que existe uma responsabilidade
750 coletiva de garantir que os recursos continuem chegando para a bacia e que não haja
751 obstáculos desnecessários para sua execução. Contudo, ressalta que os conselheiros
752 também precisam ter segurança jurídica ao aprovar documentos relacionados ao uso
753 de recursos públicos e considera razoável aguardar a manifestação do Tribunal de
754 Contas prevista para o dia 10, pois em sua avaliação, caso o tribunal esclareça que os
755 conselheiros não terão responsabilização pessoal pelas decisões tomadas, isso pode
756 trazer maior tranquilidade para a votação e sugere que, caso necessário, os
757 conselheiros possam se reunir diretamente com a Agência Peixe Vivo para analisar
758 detalhadamente os itens do orçamento, garantindo maior transparência e
759 acompanhamento dos gastos. Heleno Maia retoma a palavra, pede desculpas aos
760 conselheiros pelo clima tenso da discussão e declara encerrada a reunião. Não havendo
761 outros assuntos, o Presidente declara encerrada a 44ª (quadragesima quarta) reunião,
762 desejando boa tarde a todos. A ata foi lavrada por mim, Elaine de Oliveira (Agência
763 Peixe Vivo), que após ser enviada para os conselheiros será aprovada na reunião
764 seguinte. Betim, 05 de março de 2026.



Heleno Maia Santos Marques do Nascimento
Presidente